



SADC apresenta plano histórico de combate a pobreza

por Munetsi Madakufamba

O Presidente da SADC, Benjamin William Mkapa, lançou o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP), um guião para a SADC que emergiu de um processo rigoroso de estruturação.

O plano para o desenvolvimento integrado regional e para a erradicação da pobreza foi lançado a 12 de Março no início de uma reunião de dois dias do Conselho de Ministros realizada em Arusha, perspectivando uma missão de 15 anos para, entre outros objectivos, atingir a metade do número de pessoas vivendo abaixo do nível da pobreza na SADC até 2015. O RISDP, que será revisto na base quinquenal, tem metas importantes a alcançar em todas as áreas chaves da integração regional.

Os seus objectivos temporais são um guião que conduz ao alcance das metas continentais e internacionais, em particular a Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio da Nações Unidas (MDGs).

O objectivo principal é de se alcançar índices de crescimento económico de pelo menos sete por cento, necessário para reduzir para a metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza até 2015. O plano consiste em várias áreas de intervenção, uma das quais é a cooperação regional para o alcance da segurança alimentar.

Em reconhecimento da grande importância da segurança alimentar e a natureza actual da carência de víveres na região, o Presidente Mkapa vai convocar uma cimeira extraordinária da SADC para discutir e acordar nas estratégias a seguir a curto, médio e longo prazos. Espera-se que a cimeira tenha lugar em Dar es Salaam, no dia 15 de Maio de 2004. Para o efeito, uma reunião

preparatória dos ministros de agricultura realizou-se recentemente para preparar a agenda da cimeira e identificar estratégias concretas (ver a tabela da página 6).

Reflectindo sobre o papel desempenhado pelos Tanzanianos no apoio às lutas de libertação na África Austral, o Presidente Mkapa disse, "Hoje estamos envolvidos numa luta diferente... uma luta contra a pobreza e a privação... precisamos que todos os povos da África Austral sintam profundamente esta luta, que estejam envolvidos nela, que entendam que é a única esperança para as nossas crianças num mundo globalizante."

continua na página 6

UA projecta criar Fundo para Agricultura

por Bonifácio António

Os líderes Africanos decidiram criar um Fundo para o Desenvolvimento de Agricultura como uma forma de eliminar a deficiência alimentar e aumentar a produção e a produtividade no continente.

A Segunda Sessão Extraordinária da União Africana (UA) realizada em Sirte, Líbia, reconheceu a necessidade urgente de atender aos problemas críticos de fome, pobreza e doenças de África através de abordagens inovativas e compreensivas tendentes a otimizar a produtividade dos reconhecidos recursos massivos de África e grandes possibilidades para o desenvolvimento sustentável. A resposta deverá tomar em consideração as variações do potencial de recursos e a sua disponibilidade nas diferentes regiões do continente.

Os líderes Africanos instruíram o Presidente da Comissão da UA "a realizar um estudo de viabilidade sobre a criação de um Fundo para o Desenvolvimento Agrícola de África" destinado ao aumento da produção agrícola.

Os líderes africanos reconheceram que para se alcançar a auto-suficiência na produção alimentar e para se erradicar a fome, "é necessário promover culturas alimentares estratégicas" particularmente o trigo, o arroz, o milho, culturas de rendimento e outras nas regiões, que sejam apropriadas para a sua produção.

Para atingir esse objectivo, a África precisa de implementar o compromisso dos governos (adoptado em Julho último em Maputo) de dotação de pelo menos

continua na página 4

Reforço da agricultura e segurança alimentar para a redução da pobreza na região da SADC

Tema da Cimeira extraordinária da SADC sobre Agricultura e Segurança alimentar 15 de Maio de 2004 -- Dar-Es Salaam, República Unida da Tanzânia.

SADC TODAY

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
Vol. 7 No. 1 Abril 2004

A revista SADC Today é produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) seis vezes por ano em nome do secretariado da SADC em Gaborone, Botswana. O seu conteúdo não reflecte necessariamente a posição oficial e as opiniões do secretariado da SADC ou da SARDC. O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente pela imprensa e outros interessados desde que se cite devidamente a fonte.

©SADC, SARDC, 2004

Comité editorial

Chipo Muvenzwa, Chengetai Madziwa,
Chenai Mufanawejingo, Phyllis Johnson,
Bonifácio António, Pamela Mhlanga,
Rudo Meda.

Conselheiros editoriais

Esther Kanaimba
Chefe de Relações Públicas da SADC
Petronilla Ndebele
Oficial de Informação da SADC

Editores

Munetsi Madakufamba,
Virginia Muwanigwa

Composição e Maquetização

Tonely Ngwenya

Impressão

DS Print Media, África do Sul

SADC Today é financiado pelo governo da Bélgica ao abrigo do Projecto Informação 21 da SADC, cujo objectivo é o reforço da integração regional através da disseminação de informação. Todas as contribuições individuais e de instituições no seio da SADC e de fora da região são bem vindas, sejam elas em forma de notícias, artigos e comentários. Os autores reservam-se ao direito de seleccionar ou rejeitar e editar artigos para o espaço disponível.

A correspondência deve ser enviada para

SADC TODAY
SARDC Mozambique
Rua D. Afonso Henriques, 141,
Maputo, Mozambique
Tel 258.1.490831 Fax 258.1.491178
Email sardc@maputo.sardc.net

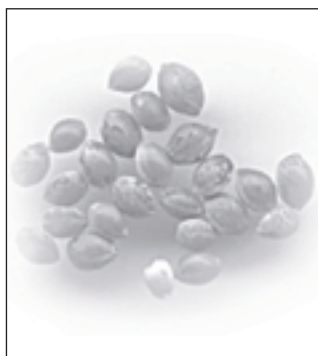
**Southern African Research and
Documentation Centre (SARDC)**
15 Downie Avenue, Belgravia,
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel: 263.4.791141 Fax: 263.4.791271
Email: sadctoday@sardc.net
Web: <http://www.sardc.net>



Gestão da Água 7



Camponeses de Pequena Escala 9



Biotecnologia 10



HIV e SIDA 12

- Revisão política:
Plano Estratégico de
Desenvolvimento Regional **3**
- População necessitando de
ajuda alimentar diminui **4**
- SADC formula regulamentos
sobre sementes **5**
- Sementes da SADC vão
criar um ambiente favorável
para os camponeses de
pequena escala **8**
- Quadros de biosegurança **11**
- Construção da Comunidade:
Perspectiva de uma cultura
de Segurança Alimentar **13**
- Pela região: breves notícias **14**
- Revisão de livros e novas
publicações **15**
- Diário da SADC, feriados
públicos e lista de moedas **16**

Subscriva hoje

SADC Today está disponível mediante o pagamento de uma assinatura anual de US \$60 para fora de África, US \$35 para o resto de África e US \$30 para a SADC. A sua subscrição permitirá a recepção da revista por e-mail ou pelo correio normal.

SADC Today está disponível em Inglês, Português e numa versão online em Francês.

Para mais detalhes sobre a subscrição, contacte o Editor.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP), lançado pelo Presidente Tanzaniano, Benjamin Mkapa, durante o Conselho de Ministros realizado em Arusha em Março, é tido como o meio segundo o qual a SADC pode alcançar os seus objectivos principais de desenvolvimento em relação a redução da pobreza.

Em conformidade com os compromissos assumidos pelos estados membros em relação aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDGs) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o RISDP identifica as seguintes áreas prioritárias de intervenção:

Intra sectorial

- ◆ Redução da pobreza;
- ◆ Combate contra a pandemia do HIV e SIDA;
- ◆ Equidade e desenvolvimento do género;
- ◆ Ciência e tecnologia;
- ◆ Tecnologias de comunicação e informação;
- ◆ Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- ◆ Sector privado;
- ◆ Estatísticas;

Cooperação e integração sectorial

- ◆ Comércio, liberalização económica e desenvolvimento;
- ◆ Apoio infraestrutural a integração regional e a erradicação da pobreza;
- ◆ Segurança alimentar sustentável; e
- ◆ Desenvolvimento humano e social.

"O RISDP indica a erradicação da pobreza como uma das grandes prioridades cujo objectivo é de promover o crescimento económico sustentável e desenvolvimento socio-económico que garantirão o alívio da pobreza com o objectivo final da sua erradicação," diz o documento sobre as políticas.

O HIV e a SIDA continuam a ser o maior desafio na área da saúde na região com os correspondentes impactos adversos no desenvolvimento socio-económico. O RISDP tem por objectivo reduzir o número de infecções e de pessoas afectadas através de estratégias que promovam a atribuição de responsabilidades para a planificação, coordenação, implementação e avaliação da resposta da SADC em todos os seus sectores.

Em relação à equidade e desenvolvimento do género, o RISDP tem por objectivo facilitar o alcance de

RISDP e segurança alimentar

O RISDP enfatiza a cooperação na segurança alimentar sustentável de forma a alcançar sucesso durável em relação a alimentação segura e adequada a todo o momento para todos os povos da SADC. O foco do RISDP incide sobre a melhoria da disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos e valor nutricional dos alimentos, enquanto se minimizam as perdas dos alimentos, melhorando a previsão, prevenção, mitigação e recuperação dos efeitos adversos das calamidades naturais e melhorando o quadro institucional. O RISDP concebeu estratégias para o alcance das metas e objectivos da segurança alimentar sustentável, que inclui:

- ◆ aumento da produção de culturas e de animais, produtividade e lucro;
- ◆ promoção da irrigação e tecnologias apropriadas para a produção agrícola;
- ◆ promoção do comércio de produtos agrícolas alimentares e não alimentares;
- ◆ promoção de actividades, fora do âmbito agrícola, de geração de rendimento, desenvolvimento do empresariado, armazenagem efectiva de alimentos e preservação de tecnologias;
- ◆ melhoria da qualidade de processamento, empacotamento, rotulagem e preparação de alimentos;
- ◆ alargamento e fortalecimento do sistema de pré-aviso; e
- ◆ desenvolvimento de Protocolos para a Segurança Alimentar, Agricultura e Ambiente.

Fonte: documento do RISDP

maior equidade entre homens e mulheres através da separação do género em todas as políticas, programas e actividades com metas específicas ao nível nacional e regional.

Em relação a ciência e tecnologia, a SADC tem por objectivo desenvolver e fortalecer os sistemas nacionais de inovação de modo a providenciar soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento socio-económico, integração regional e erradicação da pobreza. A necessidade da tecnologia de comunicação moderna para garantir a disseminação eficiente de informação na região constitui igualmente uma prioridade.

O RISDP propõe documentos sobre políticas ambientais e sobre desenvolvimento sustentável que assegurem o uso sustentável dos recursos ambientais e naturais. A cooperação na segurança alimentar é também uma área grande de prioridade no plano regional devido aos desafios a ela relacionados, que a região tem vindo a enfrentar.

A promoção do comércio, a liberalização económica e o desenvolvimento são enfatizados, com destaque na criação de áreas de comércio livre até 2008, segundo o

Protocolo sobre Comércio da SADC. O desenvolvimento de infra-estruturas para garantir a disponibilidade de infra-estruturas integradas, eficientes e de menor custo, que apoiarão e manterão o desenvolvimento económico regional, o comércio, o investimento e a agricultura em prol da erradicação da pobreza, são igualmente enfatizados.

A implementação com sucesso do RISDP requer maior aplicação dos recursos financeiros disponíveis. Para melhorar a capacidade financeira da SADC, os estados membros estão a explorar o potencial de desenvolvimento de mecanismos de auto-financiamento para a organização. Até agora, a SADC depende principalmente de contribuições dos estados membros e de doações de Parceiros de Cooperação Internacional.

Um quadro institucional apropriado é também essencial para o funcionamento efectivo do RISDP. "O RISDP prevê que, ao nível político, o Conselho de Ministros, através do Comité Integrado de Ministros (ICM), produzirá orientações políticas para a implementação," diz o documento. O funcionamento, gestão e coordenação do RISDP estarão à responsabilidade do Secretariado da SADC. □

População necessitando de ajuda alimentar diminui

por Munetsi Madakufamba

Espera-se que mais de sete milhões de pessoas necessitem de alimentos na presente estação de colheitas na África Austral, pouco menos de metade das pessoas afectadas no ano findo.

Esta informação saiu da mais recente reunião da Direcção do Conselho de Ministros sobre Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais da SADC (FANR) realizada em Março na cidade nortenha da Tanzânia, Arusha. A FANR fez notar que o atraso das chuvas em grande parte da região resultaria em fracas colheitas de cereais.

"Por causa do início tardio da estação chuvosa, a sementeira que normalmente ocorre no período de Outubro a Novembro, sofreu um atraso até Janeiro em quase todos os estados membros, particularmente em algumas partes do Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia e Zimbabué," disse Margaret Nyirenda, supervisora da FANR no Secretariado da SADC.

Embora a distribuição da queda das chuvas tivesse melhorado de Janeiro a Fevereiro, esta queda foi demasiado tardia para salvar as culturas das áreas afectadas pela seca no sul de Moçambique, na Suazilândia e no leste e sudeste do Zimbabué. "Como resultado, espera-se mais uma fraca colheita na presente estação," disse Nyirenda.

Ela disse que as chuvas tardias também afectaram a produção do não cereais, resultando na redução da área de plantio em todos os países da África Austral, com excepção de Angola e da Zâmbia. Angola beneficiou-se imensamente da paz desde o fim da guerra civil em Abril de 2002. As zonas do país que eram anteriormente inacessíveis foram posta em actividade agrícola e os insumos são livremente distribuídos o mais extensivamente possível.

A África do Sul, o maior produtor e exportador de grãos na região, semeou a sua menor área de milho, áreas produtivas de Free State, Limpopo, North West e Mpumalanga foram afectadas pela seca. Embora o país preveja ter o maior excedente de milho, não é provável que exporte para países com escassez do grão.

A situação que tem sido muito má no Lesoto e na Suazilândia conduziu a que os dois governos declarassem, separadamente, a calamidade nacional e fizessem apelos de ajuda de emergência. Na Namíbia, na República Unida da

Tanzânia e no Zimbabué, a falta de insumos tais como sementes e fertilizantes piorou a situação.

Richard Masundire, Economista Agrário Sénior do Secretariado da SADC disse que a situação actual deve ser ligeiramente diferente uma vez que vários países ainda estavam a compilar as suas previsões sobre as culturas. Ele disse que apenas a África do Sul tinha anunciado a sua previsão sobre produção agrícola para a época de 2003/4, e sugeriu que se esperava uma colheita inferior a do ano anterior.

Masundire disse que países como Angola e RDC, que cultivam a mandioca estavam em melhor posição para complementar a sua produção de cereais. Os países da SADC estão a ser encorajados a plantarem variedades de culturas como uma política de segurança contra o mau tempo.

Para além disso, a região está a implementar estratégias a médio e longo prazos que garantem a segurança alimentar e sustentabilidade da criação animal. Por exemplo, um novo programa de desenvolvimento da irrigação e gestão

de água, que se destina a reduzir a dependência da queda de chuvas na produção agrícola, está sendo explorado. O programa é financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

O Secretariado da SADC está igualmente a explorar a possibilidade de criação duma "reserva alimentar" a ser suportada pelos estados membros e pelo Banco Mundial. A reserva alimentar constituiria uma reserva de grãos da qual os estados membros dependeriam, bem como um fundo que possa satisfazer outras necessidades não alimentares durante os períodos de necessidade.

Espera-se que a próxima cimeira extraordinária da SADC sobre Agricultura e Segurança Alimentar, a ter lugar na capital Tanzaniana, Dar es Salaam, no dia 15 de Maio, tome grandes decisões que apoiem a agricultura sustentável e a segurança alimentar na região.

"A Cimeira Extraordinária tomará em consideração medidas a curto, médio e longo prazos, tomando igualmente em consideração as experiências da recente crise das cheias," disse Nyirenda. □

UA projecta criar Fundo para Agricultura

continuação da página 1

10 por cento dos seus orçamentos nacionais para tornar realísticos os planos de aumento da produção agrícola. Este compromisso também criaria o ambiente certo para a atracção do investimento local e estrangeiro para o sector.

Os líderes africanos decidiram igualmente apoiar o "desenvolvimento do potencial humano no continente através da educação, formação, desenvolvimento de capacidades e troca de conhecimentos".

"Nós precisamos de utilizar efectivamente os resultados das pesquisas científicas sobre a planificação agrícola para podermos resolver os problemas de desertificação, conservação do solo e da água e protecção ambiental para uma agricultura e desenvolvimentos de recursos animais sustentáveis," afirmaram.

A cimeira extraordinária decidiu aumentar os Sistemas de Pré - Aviso ao nível regional e o seu estabelecimento onde eles não existem, bem como a sua

coordenação ao nível continental de modo a reverter o impacto negativo da seca, desertificação, cheias, calamidades naturais e pestes.

Os líderes africanos enfatizaram a importância da criação animal e da pesca para o desenvolvimento económico e social de África. Comprometeram-se a "promover o desenvolvimento da produção animal, incluindo o desenvolvimento de pastagem natural, distribuição de produtos veterinários e recursos genéticos com vista a melhorar a segurança alimentar".

A cimeira decidiu "fortalecer as organizações que lidam com as águas das bacias dos rios e dos lagos, onde elas existem, e criar novas organizações do género para desenvolver e promover os recursos de água através do apoio aos projectos de infra-estrutura, incluindo a construção de barragens e canais, poços e o provimento de equipamento para irrigação" □

SADC concebe regulamentos sobre sementes para além fronteiras

por Singy Hanyona

Produtores de plantas e peritos em sementes da SADC desenvolveram um novo modelo para a certificação regional de sementes e garantia de qualidade. O Sistema de Certificação de Sementes e de Garantia de Qualidade, quando ratificado pelos governos melhora a movimentação de sementes para além das fronteiras dos estados membros da SADC.

Uma reunião técnica de alto nível organizada recentemente pela Rede de Segurança de Sementes da SADC (SSSN), em Maputo, reuniu participantes e peritos de sementes para acordar nas modalidades e nos mecanismos para a redacção do modelo. A reunião também trouxe experiências internacionais sobre sementes da União Europeia (UE).

Grande parte dos sistemas de sementes da região ainda não estão em conformidade com as políticas da SADC. A Comunidade está, entretanto, a trabalhar na harmonização de regulamentos sobre sementes para garantir que a segurança de sementes contribua para o objectivo regional global de garantia da segurança de sementes.

De acordo com Edward Zulu, Coordenador da SSSN, a movimentação de sementes para além fronteiras na região ainda cria constrangimentos. "Isto não tem sido feito no interesse do desenvolvimento da indústria de sementes, da segurança de sementes e de toda a segurança alimentar," diz Zulu.

Embora a região tenha tido reservas de sementes para os camponeses ao nível regional, as várias porções de legislação têm trazido consigo dificuldades no transporte de sementes de uma área para aquelas cuja falta de sementes se faz sentir.

"O sistema permanece não amistoso em relação ao usuário, demorado e complexo," diz Zulu. A SADC, através da Direcção de Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) está determinada a melhorar a comercialização de sementes entre os estados membros.

O esboço da Certificação de Sementes e do Sistema de Garantia de Qualidade consiste em procedimentos ou acordos não unificados para a testagem de sementes. Porém, a ligação em falta parece ser o "mecanismo" que

devia ser apresentado as autoridades competentes na SADC antes da implementação.

Na reunião de Maputo, destinada a resolver o problema através da formulação de alguns detalhes técnicos, acordou que, ao nível regional, devia-se permitir a comercialização de pequenas quantidades de sementes na SADC ou para além desta. Os estados membros apresentarão o modelo proposto aos Ministros de Agricultura da SADC para recomendação, adopção e implementação.

Uma vez adoptado, o sistema seria responsável pela gestão do despacho de sementes. O sistema criaria igualmente a plataforma para a troca de informação de maneira eficiente sobre as variedades de sementes na região.

Para garantir que o sistema satisfaça os requisitos da região, algumas Fontes Focais de Sementes (SFPs) já foram formadas no processamento de dados no sistema. Em Abril de 2003, o primeiro Modelo de Apresentação de Variedade de sementes foi desenvolvido com o objectivo de reduzir a burocracia no teste de variedades dentro da SADC.

Com estes instrumentos em funcionamento, espera-se que a questão de teste de variedades na SADC já não constituía preocupação. "É chegado o momento de avançar," diz Stephen Muliokela, Director da Golden Valley, um Centro Privado de Pesquisa baseado na Zâmbia, reiterando que a apresentação da situação da semente na região tem sido problemática.

De acordo com o sistema antigo, para que uma nova variedade de semente seja comercializada em qualquer país da SADC, precisa de ser testada pelas autoridades nacionais em relação as suas diferenças, uniformidade e estabilidade, bem como o seu valor de cultivo e de uso no país. Deve igualmente estar alistada ou registada no catálogo de variedades nacionais.

Tal testagem pode ocorrer entre um a três anos dependendo do país e da cultura, resultando no atraso do acesso e da escolha das novas variedades pelos camponeses. "Para as empresas de sementes, o retorno

do investimento é também atrasado uma vez que elas terão que esperar por um período longo antes de colocarem as sementes no mercado," diz Muliokela.

A SADC está igualmente preocupada em relação as diferenças dos procedimentos de importação e exportação entre os países da região. Embora grande parte dos países da região esteja agora a utilizar o sistema da Organização para a Cooperação Económica e para o Desenvolvimento (OECD), a Tanzânia usa o sistema da Organização da Associação Americana de Certificação de Sementes (OASCA). Por outro lado, o Zimbabué tem um sistema flexível que utiliza ambos os sistemas, embora o que está mais em uso seja o da OECD.

Grande parte dos países tem uma classe de sementes cujos padrões são mais baixos do que a classe certificada de sementes. Estas são conhecidas por vários nomes tais como Qualidade Declarada da Semente (QDS) na Zâmbia, Suazilândia, Tanzânia e Lesoto. Em Moçambique é conhecida como Semente com Garantia (GS), no Malawi como Semente Aprovada (AS), no Botswana como Semente Testada (GTS) e Semente Padrão (SGS) no Zimbabué.

Entretanto, a SSSN está a desenvolver uma base de dados para as variedades de sementes, disponibilidade de sementes e legislação sobre sementes. O Sistema de Informação sobre Segurança de sementes da SADC será desenvolvido com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). O sistema ajudará na armazenagem e na disseminação da informação sobre sementes na região da SADC. □

SADC apresenta plano histórico de combate à pobreza

continuação da página 1

A grande cidade Tanzaniana de Arusha, onde a cerimónia de lançamento teve lugar, é tida como a "Genebra de África". Situada perto dos famosos Montes Kilimanjaro e das reservas de caça de Ngorongoro e de Serengeti, Arusha não é apenas símbolo de desenvolvimento sustentável, mas também um centro renovado que serviu de anfitrião de muitas reuniões regionais e internacionais de significado histórico.

Em Julho de 1979, realizou-se uma reunião ministerial no Centro de Conferências de Arusha, tendo reunido o que na altura era conhecido por Estados da Linha da Frente e agências doadoras para debater as formas de garantir a libertação económica e de redução da dependência da então África do Sul do apartheid. Foi nesta reunião que a ideia da criação da SADC foi concretizada.

A Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a precursora da SADC, foi formalmente lançada numa cimeira realizada em Lusaka, Zâmbia, em Abril de 1980, com nove estados membros fundadores. Embora a SADCC fosse uma organização de cooperação regional não muito homogénea, ela facilitou a existência de ligações e projectos políticos, administrativos e infraestruturais.

Em 1992, numa cimeira realizada na capital Namibiana, Windhoek, a organização foi transformada, através de uma Declaração e de um Tratado, de "conferência coordenadora" para uma "comunidade de desenvolvimento", isto é, da SADCC para SADC. O objectivo foi de dar a organização um mandato de integração com bases formais e legais. Para facilitar isto, foram introduzidos

Estratégia para garantir segurança alimentar

Um comunicado emitido pelos ministros da FANR em finais de Fevereiro destacou as seguintes questões, entre outras medidas tendentes ao aumento da produção agrícola e a disponibilidade de alimentos:

- necessidade de aumento da segurança alimentar e auto-suficiência das famílias para diminuir a dependência dos governos pelos cidadãos da SADC;
- necessidade de aumento das dotações orçamentais dos Estados Membros em "pelo menos 10 por cento dos recursos orçamentais nacionais" para agricultura e desenvolvimento rural dentro de cinco anos e outros instrumentos financeiros inovativos que promovam a mobilização de recursos privados e públicos;
- necessidade de rever as lições aprendidas e de partilhar as melhores práticas sobre as políticas e programas de reforma da terra de modo a aumentar o acesso e uso para a produtividade agrícola;
- revisão contínua das políticas nacionais de segurança alimentar; sustentabilidade de água e gestão de recursos naturais;
- aumento da comercialização de produtos agrícolas e remoção das políticas proteccionistas; e
- criação de uma Reserva Alimentar Regional para emergências.

protocolos sectoriais e cartas e, actualmente, mais de 20 foram rubricados.

Durante as últimas duas décadas, os membros da SADC aumentaram para aquilo que é hoje, com a inclusão da Namíbia em 1994, Maurícias em 1995, enquanto a República Democrática do Congo (RDC) e as Seychelles também se juntaram em 1997.

Com a organização a crescer em termos de tamanho e mandato e com o surgimento de novos desafios e oportunidades, tornou-se necessário refazer a estrutura institucional do órgão de 14 membros. Consequentemente, foi tomada uma decisão numa cimeira extraordinária realizada em Windhoek em 2001 sobre a reestruturação de todas as instituições da SADC.

Como parte do processo, 21 sectores anteriormente coordenados pelos estados membros foram incorporados em quatro direcções que são agora geridas centralmente por um Secretariado alargado da SADC baseado no Botswana. As novas direcções são do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento; Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais; Infraestrutura e Serviços; e Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais.

O RISDP foi, portanto, concebido para dar uma orientação clara às políticas, programas e actividades da SADC a longo prazo. Jakaya Kikwete, Ministro Tanzaniano dos negócios estrangeiros e da Cooperação Internacional, descreveu o RISDP como um quadro em que os estados membros deviam alinhar com planos nacionais.

"O RISDP é projecto de implementação local," afirmou, acrescentando que o seu desenvolvimento foi concebido por peritos da SADC e seus líderes através de um processo consultivo e participativo".

Prega Ramsamy, Secretário Executivo da SADC, disse que a tarefa imediata após o lançamento do RISDP é de gerir o plano, "atribuindo papéis claros e específicos aos actores chaves com recursos quantificáveis".

Citando o discurso recente do Presidente Mkapa dirigido à nação, Ramsamy afirmou que "... como uma aeronave na pista, nós estamos a seguir a direcção certa... agora temos que levantar o voo". Ele disse que esta afirmação é verdadeira para a República Unida da Tanzânia como o é para o resto da SADC.

"De facto, é chegado o momento para nós voarmos nas asas do RISDP," disse o chefe da SADC. □

Estratégias de gestão sustentável de água para a África Austral

por Charles Mkoka

A visão da segurança alimentar para todos faz com que seja necessário reconhecer que o aumento da produção agrícola aumentará a demanda de água e a pressão sobre os escassos recursos ambientais da região.

A África Austral, bem dotada de terra agrícola, tem muito potencial. Entretanto, existem desafios com base nos quais a água nunca é distribuída por toda a região. As secas continuam a representar uma séria ameaça à segurança alimentar na região. As cheias têm idênticas consequências desastrosas.

Olhando para a região como uma única "sacola de pão", as terras livres e os recursos de água para as actividades económicas, para as quais elas estão melhor ajustadas. Existem implicações óbvias para a soberania nacional, mas existem formas de lidar com isto, incluindo o potencial para melhor comércio ou benefícios da integração económica regional.

Os povos da África Austral reconhecem que a água é essencial para a sua própria sobrevivência pessoal e da comunidade, para a produção de alimentos, saneamento e fornecimento de água.

A água é também usada para a produção de energia, dos bens produzidos para consumo nacional e para exportação, a protecção do ambiente e a sobrevivência de outras formas de vida com quem se partilha o mundo.

A região é abençoada por 15 cursos de água partilhados, incluindo o Congo, o Limpopo, o Senqu/Orange e o Zambeze. A bacia do Rio Zambeze é uma vasta fonte natural de água que se estende por oito estados membros da SADC. A bacia cobre 25 por cento da área total ocupada por Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, República unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Estas bacias possuem vários recursos naturais que contribuem significativamente para o desenvolvimento económico através do provimento de alimentos, abrigo, medicamentos e a sustentabilidade de processos ambientais. A agricultura, os animais selvagens e a pesca desempenham um papel importante nos papéis socio-económicos de grande parte das economias nacionais da região.

A gestão dos recursos de água deve ser integrada para que se possa alcançar a segurança alimentar na região, que tem uma população estimada em 200 milhões de pessoas. Devido à média anual elevada de crescimento populacional de 2.6 por cento, maior pressão está sendo feita no já exausto fornecimento de água.

A SADC preparou um Plano Regional de Acção Estratégica (RSAP) para o Desenvolvimento e Gestão de Recursos de Água Integrados (1999-2004), que é usado para desenvolver projectos e programas particulares.

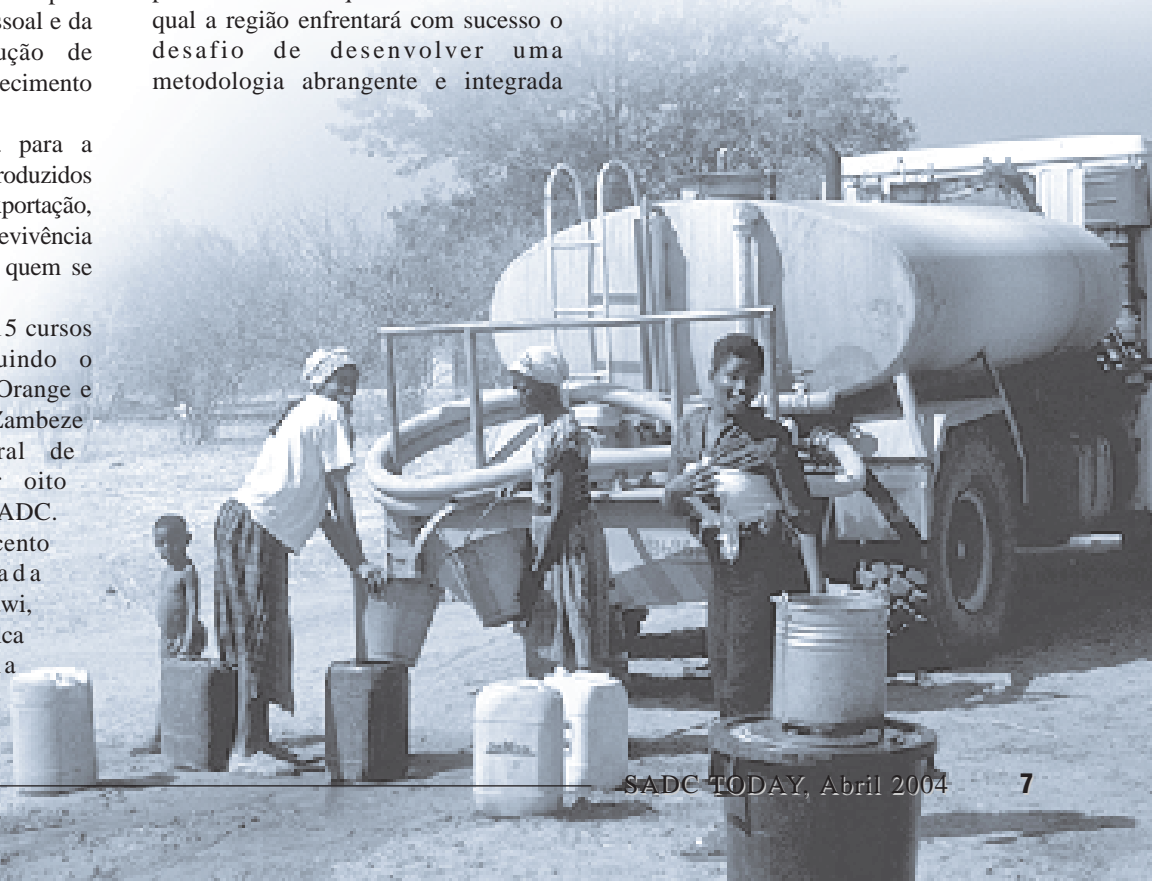
O maior objectivo do RSAP é de providenciar um quadro com base no qual a região enfrentará com sucesso o desafio de desenvolver uma metodologia abrangente e integrada

sobre o desenvolvimento e gestão dos recursos de água. A sua visão é de apoiar o uso equilibrado e sustentável da água para fins sociais, ambientais e económicos pelas gerações actuais e vindouras.

Esta iniciativa destina-se a melhorar a segurança alimentar da região através do uso sustentável dos recursos de água.

Todos os países da SADC adoptaram, desde o início dos anos 90, políticas ambientais e instrumentos institucionais, bem como quadros legais, incluindo Estratégias Nacionais de Conservação (NCSs), Planos Nacionais de Acção Ambiental (NEAPs), políticas e estratégias nacionais sobre ambiente.

Neste sentido, a Zâmbia (1985), Zimbabué (1987), e Botswana (1990) prepararam as NCSs, enquanto Lesoto (1989), Malawi (1994), Zâmbia (1994), Tanzânia (1996), Suazilândia (1997), África do Sul (1997) e Moçambique desenvolveram os NEAPs. Estas iniciativas destinam-se a aumentar o uso sustentável da água e dos outros recursos naturais. □



Sementes da SADC vão criar um novo mundo para camponeses de pequena escala

por Virginia Muwanigwa

Os camponeses de pequena escala vão ser recompensados pelos seus esforços na produção de subsistência e comercial. A SADC e a União Africana (UA) concordam que os altos índices de crescimento económico previstos não podem ser alcançados se a produção dos camponeses não for significativamente aumentada.

O Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC (RISDP) lançado recentemente em Arusha, Tanzânia, pelo Presidente da SADC, Benjamin Mkapa, dá grande prioridade ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar.

Uma reunião dos Ministros de Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais da SADC, realizada em Dar es Salaam recentemente enfatizou a necessidade de aumentar a criação de capacidade e provisão de créditos ao nível da base para garantir o acesso aos insumos básicos agrícolas pelos produtores de pequena, média e larga escala. A reunião foi realizada em preparação da Cimeira Extraordinária sobre o "Melhoramento da Agricultura e da Segurança Alimentar para o Alívio da Pobreza na região da SADC" a ter lugar em Dar es Salaam em Maio.

Os ministros também reiteraram a importância do acesso melhorado por produtores de pequena, média e larga escala aos insumos básicos agrícolas tais como fertilizantes, agro químicos, sementes, mecanização, guião de pesca, bem como terra pesquisada, para garantir a segurança alimentar.

O acesso ao crédito continua como um dos desafios persistentes, especialmente para os produtores de pequena escala, possivelmente explicando o compromisso dos ministros de agricultura de "explorar instrumentos de financiamento que promovam a mobilização de recursos privados e públicos que possam ser usados para financiar actividades agrícolas, incluindo a comercialização, irrigação, agro processamento, infra-estruturas, reabilitação de áreas degradadas, criação de capacidade institucional e a concessão de créditos ao nível da base."

A UA, tal como a SADC, tem por objectivo alcançar a segurança alimentar

dentro dos seus grandes objectivos de combate à pobreza, à corrupção e ao conflito.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) acredita que a "agricultura servirá de força motriz para o crescimento de África." Para o efeito, discussões consultivas entre os participantes, incluindo o Banco Africano para o Desenvolvimento, a Comissão Económica para África das Nações Unidas e, especialmente, a Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura, peritos do Banco Mundial e especialmente a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura resultaram no Programa Alargado de Desenvolvimento de Agricultura em África (CAADP) -- (ver a tabela). O plano requer um investimento total de US\$4.6 biliões para o período de 2002 a 2015.

Existem apelos para a mudança de concentração apenas em actividades de cultivo como negócio principal para atender outras questões não relacionadas com o cultivo, tais como políticas, empréstimos, informação, mecanismos institucionais e participação nos mercados globais nacionais e regionais.

Tradicionalmente, os camponeses têm dependido do estado na comercialização de produtos agrícolas e as culturas e a criação de animais foram invariavelmente enfatizadas.

Um seminário regional organizado para discutir sobre mercados agrícolas e informação sobre mercados dentro da África Oriental e Austral notou que a liberalização do mercado teve impacto negativo nos países em desenvolvimento. Isto é devido a "falta de insumos para os produtores de pequena escala; ao aumento do custo dos insumos e do crédito; e ao enfraquecimento das associações de produtores que criou um maior vazio financeiro, concentração de mercado; ... lucros imprevisíveis e perdas financeiras pelo sector privado."

O seminário revelou que a maior parte dos países da SADC precisa de políticas efectivas para orientar as economias nacionais uma vez que a liberalização

pode ter sido precipitada sem planificação adequada, especialmente em volta da participação prevista não só do sector privado, mas também dos produtores de pequena escala.

As políticas económicas destinadas a reduzir a pobreza através da saúde melhorada, aumento das oportunidades de acesso a educação, infra-estruturas físicas melhoradas e um empresariado ousado são também necessários. As considerações rurais e urbanas devem ser incorporadas no desenvolvimento das políticas nacionais e regionais que afectam a agricultura, os mercados, o uso da terra e planeamento urbano.

Novas instituições representando os vários interesses precisam de ser criadas e um quadro institucional claro deve ser acordado. As políticas devem criar um ambiente favorável para a concorrência justa através da avaliação contínua dos

NEPAD – As estratégias com

Gestão sustentável de terra e sistemas

- ◆ Criando a fertilidade e humidade do solo, mantendo
- ◆ Aumentando rapidamente a área equipada com irrigação de pequena escala.

Infra-estrutura rural e capacidades rela

- ◆ Melhoramento infraestrutural;
- ◆ Ajustando com as políticas de promoção e de apoio
- ◆ Países de exportação da região precisam de aumentar as vendas comerciais e satisfazer as necessidades crescentes

Aumento do fornecimento de alimentos

- ◆ Acesso a tecnologia melhorada;
- ◆ Prestação de serviços melhorados de apoio aos camponeses
- ◆ Um ambiente político favorável.

Pesquisa agrícola, disseminação e adopção

- ◆ Aumento do índice de adopção das tecnologias rurais através da transferência imediata da produção africana através da mais eficaz aos produtores;
- ◆ Sistemas de transferência de tecnologia que rápida e eficazmente aos comerciantes de produtos agrícolas
- ◆ Renovação da capacidade dos sistemas de pesquisa e extensão rural, incluindo biotecnologia, para aumentar os rendimentos e a produtividade, enquanto se conservam os recursos
- ◆ Mecanismos para reduzir os custos de adopção das tecnologias

Um ambiente favorável para os pequenos produtores

impactos, provimento de insumos e outros apoios.

O sucesso dos produtores de pequena escala também depende do acesso à informação sobre mercados fiáveis para facilitar a tomada de decisão informada. Informação sobre dos tipos de bens, fornecimento, quantidades, preços competitivos para atrair o aumento da participação pelo sector privado e comercialização devem ser fornecidos aos camponeses, comerciantes, consumidores e decisores.

A planificação regional mais efectiva, envolvendo todos participantes – governo, sector privado, camponeses e suas associações e ONGs – devia ser encorajada para garantir a diversificação de culturas em coordenação com os concorrentes. Presentemente, muitos países da região estão envolvidos no cultivo da mesma cultura ao mesmo tempo

devido a falta de planificação adequada e dependência da produção dependente da chuva.

Isto satura o mercado, reduz as oportunidades de mercado e deprecia os preços. A concepção da produção nacional e regional deve ser balanceada com as necessidades e a demanda do mercado, se for necessário.

O investimento na tecnologia de irrigação para se afastar da produção dependente da queda de chuva é também necessário para garantir o fornecimento consistente de variedades de culturas ao preço lucrativo.

Questões socio-culturais tais como género também precisam de ser incorporadas na planificação e nas estruturas de apoio aos produtores de pequena escala. Isto porque as necessidades específicas das mulheres podem existir e podem igualmente ser cobertas pelas políticas neutras em termos de género. A falta de acesso ao micro financiamento constitui um problema agudo entre as mulheres.

Muito poucas mulheres, se houver alguma, ocupam postos-chaves tais como os de ministra de agricultura, apesar do facto de que elas constituem a maioria dos produtores de alimentos na região.

Os intervenientes do sector sugerem que a prioridade seja dada ao fortalecimento da produção representativa e ao marketing de associações de camponeses para garantir a feitura de corredores para a revisão da política e da legislação, concessão de crédito, recolha e disseminação de informação relevante, esboçar mercados e aquisição da tecnologia necessária.

Recursos técnicos, humanos e financeiros adequados devem ser providenciados às cooperativas, associações, ao sector privado e aos empresários individuais. A formação deve incluir a transferência de capacidades agro-negócios, pesquisa de mercado e desenvolvimento.

Existem oportunidades para a participação de produtores de pequena

escala nos mercados regionais e globais. Porém, isto deve acontecer com a feitura de corredores para o "comércio justo, não livre" em reconhecimento do facto de que o campo de jogo não é plano. Isto é particularmente importante para os camponeses no mundo em desenvolvimento, que não podem competir num mercado livre com as suas contrapartes mais avançadas e melhor equipadas do mundo desenvolvido.

O comércio regional e internacional é possível dentro de tais blocos económicos como a SADC, o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), e dentro do quadro do "US African Growth and Opportunities Act" (AGOA).

O reconhecimento dos parceiros sociais aparecerá através de uma voz colectiva representando certos interesses e os camponeses precisam de ser encorajados a se organizarem em órgãos que possam imprimir respeito na produção, no marketing e nas negociações.

O Centro de Agro-Florestas (ICRAF) identifica três pré-requisitos da comercialização agrícola: um sector privado forte para diversificar e fortalecer os mercados rural e urbano; uma voz forte do consumidor para garantir a qualidade, quantidade, diversidade, concorrência; e um sector público forte para investir na infra-estrutura e noutras estruturas de apoio. □

Quatro "pilares" da CAADP

Controlo de água

capacidade dos solos agrícolas; e especialmente unidades de controlo de água de

Relações com comércio

países desenvolvidos; e suas capacidades de participar em negociações exigência de qualidade do mundo do comércio.

Educação da fome

desemprego; e

Transferência de tecnologia

tecnologias existentes para apoiar a expansão da pesquisa e sistemas de extensão aos

que trazem inovações para os camponeses e para

capacidade para gerar e adaptar novas tecnologias em África, que são necessárias para aumentar o ambiente; e tecnologia.



Orientações da SADC sobre GMOs, Biotecnologia e Bio segurança

A SADC aprovou as seguintes orientações recomendadas pelo Comité de Aconselhamento da SADC sobre a Biotecnologia e Bio segurança, em Agosto de 2003, como medidas provisórias tendentes a aconselhar a região sobre questões relacionadas com biotecnologia e biosegurança. Este comité deve apoiar os países no sentido de se evitar situações similares da Argentina (ver tabela a seguir).

Gestão de Ajuda Alimentar

- ♦ A SADC deve desenvolver e adoptar uma informação transitória e harmonizada, bem como um sistema de gestão para ajuda em alimentos Geneticamente Modificados destinados a facilitar o movimento trans-fronteiriço de maneira segura e rápida;
- ♦ A SADC é encorajada a procurar ajuda alimentar preferencialmente dentro da região e aconselhar os parceiros de cooperação;
- ♦ Os doadores que providenciam ajuda em alimentos Geneticamente Modificados devem seguir o princípio do Consentimento Informado Antecipadamente e as regras de notificação de acordo com o artigo 8 do Protocolo de Cartagena sobre a Bio segurança;
- ♦ Os carregamentos de ajuda alimentar envolvendo grãos ou qualquer material propagativo de planta que possa conter GMOs deve ser moído ou esterilizado antes da distribuição às populações beneficiárias;
- ♦ A ajuda alimentar em trânsito que possa conter GMOs deve ser claramente identificada e rotulada de acordo com a legislação nacional;
- ♦ Os países da SADC que gerem ou manuseiam ajuda alimentar em trânsito, que possa conter GMOS são encorajados, na ausência da legislação nacional, a seguir os requisitos descritos no Modelo de Lei da UA sobre a Biosegurança e/ou as Linhas de Orientação Sul Africanas sobre o manuseamento de material em trânsito que possa ser GMO.

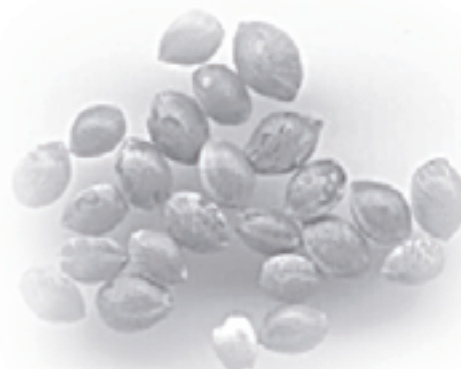
Políticas e Regulamentos

- ♦ Cada Estado Membro deve desenvolver as suas próprias políticas e estratégias nacionais sobre a biotecnologia e avançar com o processo de criação de sistemas nacionais reguladores da bio segurança;

- ♦ Todos os Estados membros devem assinar e ratificar o Protocolo de Cartagena sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- ♦ A região deve desenvolver uma política harmonizada e sistemas reguladores baseados no Modelo de Lei Africano sobre a Biosegurança e no Protocolo de Cartagena sobre a Biosegurança e outros processos internacionais relevantes;
- ♦ Os Estados membros sem um quadro regulador para culturas Geneticamente Modificadas (GM) devem usar as orientações aprovadas e não devem importar grãos GM para serem usados como sementes antes da aprovação das linhas de orientação;
- ♦ As avaliações do risco devem ser feitas caso a caso e qualquer modificação genética deve ser testada no ambiente em que será exposto.

Criação de capacidade Institucional

- ♦ Os estados membros devem desenvolver capacidades ao nível nacional e regional de forma a desenvolver e explorar os benefícios da biotecnologia;



- ♦ A SADC deve dotar recursos para a capacitação institucional em gestão da biotecnologia e da bio segurança;
- ♦ A SADC deve encorajar os estados membros a financiarem estudos sobre as implicações da biotecnologia e da biosegurança na agricultura, ambiente, saúde e economia como partes de uma monitorização integrada e do sistema de avaliação.

Consciencialização e Participação Pública

- ♦ Os estados membros devem desenvolver programas de consciencialização e de participação pública na Biotecnologia e Biosegurança, envolvendo todos os intervenientes. □

Experiência GM da Argentina falha

por Sue Branford

A Argentina é um país que abraçou a tecnologia geneticamente modificada (GM) sem reservas. Hoje, mais de metade das suas terras aráveis estão cobertas com feijão soja GM.

Mesmo assim, alguma coisa não correu bem. O Instituto principal Argentino de pesquisa advertiu que "um declínio da produção agrícola será inevitável" se não for revertida a monocultura do feijão soja.

Inicialmente, a tecnologia GM parecia uma prenda para os camponeses. Pampas, uma área de terra rica que se estende por cerca de 600 quilómetros em volta de Buenos Aires, enfrentava uma séria erosão do solo causada, em parte, pelo cultivo intensivo. A soja RR parecia ser a solução: permitiu aos camponeses controlar ervas aplicando glicose durante a estação de crescimento, deixando a farma sem cultivar. A proliferação de erva nunca conduziu ao fracasso da farma anteriormente.

Conduzidos pela grande demanda do mercado mundial da soja como feno para animais, os camponeses adoptaram entusiasticamente a tecnologia. A soja parecia um produto ideal de exportação que dava ao país uma "comparativa vantagem". A área de cultivo de soja aumentou em 60 por cento na segunda metade dos anos 90, os rendimentos foram mais do que o dobro.

Depois do colapso da moeda em Dezembro de 2001, apenas as culturas de rendimento permaneceram rentáveis. Cerca de 150,000 pequenos camponeses que cultivavam o arroz, o milho, lentilha, batata, fruta e outras culturas alimentares, foram retirados das terras, afectados quer pelos preços baixos dos seus produtos e pela contaminação de herbicidas da fertilização via spray da soja pelos camponeses.

Novas ervas, provavelmente mais resistentes e ocupando oportunisticamente o novo nicho ecológico, estão a proliferar. A soja, remanescendo inconvenientemente das sementes durante a colheita, também não tem sentido.

O caso da Argentina mostra que as culturas modificadas geneticamente, pelo sua própria natureza, permitem induzir camponeses a práticas irresponsáveis tais como inundando o solo com "glyphosate", alguma coisa que não seria possível no cultivo convencional.

(Estrato de um artigo do New Statesman, 01 de Março de 2004)

Quadros de bio segurança nacionais, uma condição para a biotecnologia agrícola moderna

por Mwananyanda Mbikusitwa Lewanika

A maior parte dos países da SADC não tem nenhum regime regulador nacional para a bio segurança, muitas vezes referido como quadros de biosegurança, que permitam aos países regular a pesquisa, o desenvolvimento e o marketing de produtos geneticamente modificados (GMOs).

Os quadros consistem em política nacional, legislação apropriada e estruturas administrativas que, muitas vezes, concebem os regulamentos nacionais de implementação e as linhas de orientação.

As estruturas administrativas permitem ou proíbem a introdução dos GMOs no país com base em parâmetros tais como o risco de avaliação e factores socio-económicos. Para além disso, elas são responsáveis pelo desenvolvimento de mecanismos de consciencialização pública sobre questões relacionadas com a biosegurança e com a participação do público no processo de tomada de decisão. Nos países da SADC, apenas o Malawi, a África do Sul e o Zimbabué têm quadros nacionais de bio segurança. Apenas a África do Sul e o Zimbabué têm experiência prática no manuseamento dos GMOs. Contra as implicações óbvias, não é aconselhável introduzir culturas geneticamente modificadas em países sem quadros reguladores nacionais da biosegurança.

No geral, as empresas de biotecnologia têm vindo a desenvolver grande parte das inovações da biotecnologia agrícola moderna, mas são mais viradas ao lucro do que à necessidade. Simultaneamente, as inovações na biotecnologia agrícola provenientes das instituições públicas estão a reduzir devido à falta de investimentos na pesquisa e no desenvolvimento. Para além disso, grande parte dos investimentos nas instituições públicas é financiada pela indústria biotecnológica. A situação torna-se pior pelo facto de que as inovações na biotecnologia agrícola moderna são

controladas e protegidas pelos direitos de propriedade intelectual (IPRs).

A biotecnologia agrícola moderna pode contribuir para a segurança alimentar nos países em desenvolvimento se as suas técnicas forem usadas para aumentar a produção alimentar. Isto pode acontecer através do desenvolvimento de culturas alimentares que podem crescer em condições adversas tais como a seca. Presentemente, não existem no mercado culturas geneticamente modificadas que sejam tolerantes à seca.

As culturas geneticamente modificadas que se encontram comercialmente disponíveis são tolerantes a herbicidas, resistem à peste e são resistentes ao vírus ou à combinação destas e de outras características. A "canola", o milho, o algodão e os feijões soja foram estimadas em mais de 99 por cento das culturas biotecnológicas do mundo em 2001 e este cenário permanece.

O foco da biotecnologia agrícola moderna é o cultivo de culturas de rendimento que possam ser vendidas nos mercados mundiais. A biotecnologia agrícola moderna depende principalmente da monocultura de

sementes geneticamente modificadas. Isto não promove a segurança alimentar, mas reduz a diversidade agrícola como exemplificado pela recente crise alimentar na África Austral. Por exemplo, as comunidades que cultivam o milho, conjuntamente com outros alimentos tradicionais como a mandioca e o sorgo ainda permaneciam em segurança alimentar apesar da seca e do fracasso do milho.

A pesquisa e o desenvolvimento de novas culturas geneticamente modificadas estão baseados em culturas de interesse para os países desenvolvidos e não tomam em consideração quaisquer desafios enfrentados pelos camponeses de pequena escala nos países em desenvolvimento. Embora as sementes geneticamente modificadas sejam mais caras do que as tradicionais sementes híbridas, os camponeses têm que comprar sementes em cada época de plantio porque eles não podem guardar as suas melhores sementes ou fazer a troca de sementes devido às práticas costumeiras. □

O Dr. Mbikusitwa Lewanika é o presidente do Comité de Aconselhamento em matérias de Biotecnologia e Bio segurança da SADC.

Definição de termos

Os termos biotecnologia e organismos geneticamente modificados (GMOs) são muitas vezes usados erradamente para significar a mesma coisa. Biotecnologia é um termo geral que se refere às técnicas científicas usadas pelos organismos vivos ou seus componentes para produzir produtos úteis. É normalmente classificado como sendo tecnologia tradicional ou biotecnologia moderna.

A biotecnologia tradicional inclui técnicas bem estabelecidas como a criação de plantas e o de micro organismos na produção industrial como são os casos de fermentação de cerveja, produção de antibióticos, iogurte e vacinas. A biotecnologia moderna consiste nas técnicas científicas disponibilizadas recentemente, tais como a tecnologia da Recombinant Deoxyribonucleic Acid (DNA) (Engenharia Genética), Anticorpos Monoclonais, Cultura de Célula e Cultura de Tecido. O "Deoxyribonucleic acid" é material hereditário (genes) que se encontra em todos os organismos vivos. É produzido e transmitido de uma geração para outra e é responsável pela passagem de feições dos pais para os seus filhos.

A tecnologia usada para DNA permite os cientistas levar material hereditário de um organismo para outro. Isto muda as características dos organismos, criando novas formas, novas formas de plantas, de animais e de micro organismos conhecidos por GMOs. Os GMOs constituem uma preocupação devido à sua reprodução secundária e eles são significativamente mais românticos do que os organismos modificados convencionalmente. Normalmente, eles incorporam material hereditário de organismos distintos ou não relacionados em combinações que são prováveis de ocorrer na natureza.

Inclusão do HIV e do SIDA nas estratégias de segurança alimentar

por Virginia Muwanigwa

A SADC comprometeu-se a incluir o HIV e o SIDA nas políticas e programas em resposta ao flagelo de natureza multifacetada e implicações sociais, económicas e resultados políticos na família, comunidade e ao nível nacional e regional. A inclusão destina-se ao alívio da pobreza em geral e a garantia de segurança alimentar em particular.

A SADC e outros intervenientes da região, reconhece que o HIV e a SIDA torna difícil a resposta que não o problema como sendo médico, mas sim socio-económico e com implicações culturais que são prováveis de reverter todos os esforços para o desenvolvimento.

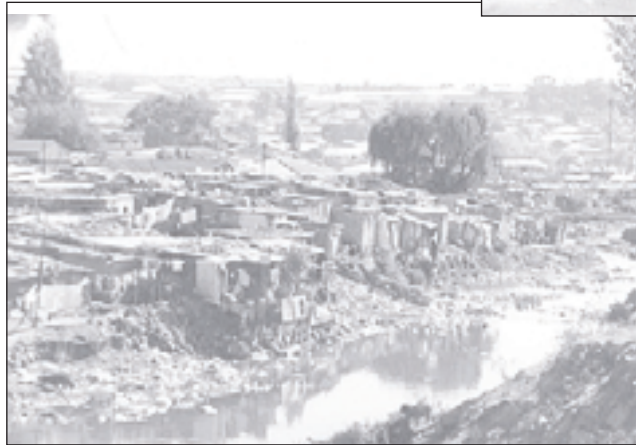
O Quadro e o Programa de Acção Estratégica e Multisectorial da SADC para 2003-2004, contido no seu Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), procura intensificar as medidas e as acções de prevenção do HIV e da SIDA e mitigar os seus impactos de forma a garantir o desenvolvimento humano sustentável dos estados membros.

Em Julho de 2003, os líderes da SADC assinaram a Declaração de Maseru sobre o HIV e SIDA, demonstrando o seu compromisso de resolver uma série de questões incluindo: prevenção e mobilização social; melhoria da prestação de cuidados; acesso aos serviços de aconselhamento e teste; tratamento e apoio; aceleração do desenvolvimento e mitigação do impacto do HIV-SIDA; intensificação da mobilização de recursos; e fortalecimento dos mecanismos institucionais, de monitorização e de avaliação.

Uma reunião do Conselho de Ministros da SADC realizada recentemente em Arusha, Tanzania, fez a revisão do progresso de implementação das decisões tomadas na Cimeira de Maseru sobre o HIV-SIDA. Estas incluem o estabelecimento de uma unidade especial de HIV-SIDA no Secretariado. A unidade foi criada subordinada ao Director para garantir que as questões relacionadas com a

SIDA sejam incluídas em todas as áreas principais da integração.

Para além disso, espera-se que uma reunião regional dos conselhos nacionais do SIDA, a primeira do género, tenha lugar em Maio de 2004 para concluir um plano de quatro anos de trabalho conforme mandatado pela Cimeira de Maseru. Discussões estão em processo



Um ciclo vicioso entre pobreza, HIV e do SIDA e segurança alimentar

de conclusão sobre a data e o local do encontro. A SADC está igualmente a mobilizar recursos através de um Fundo Fiduciário do HIV-SIDA, que será usado para financiar programas destinados a combater a pandemia.

Em relação a segurança alimentar, existe um ciclo vicioso entre as condições de pobreza e a susceptibilidade do HIV-SIDA. Esta, por sua vez, aumenta o nível de vulnerabilidade através de doenças crónicas, a produtividade e a perda de emprego, reduzindo as perspectivas para a recuperação económica e a tendência para o comportamento de risco apenas para satisfazer as necessidades básicas.

O facto de a questão estar a ser revista aos níveis mais alto da SADC é visto como resultado de que a reunião dos Ministros responsáveis pelos Alimentos, Agricultura e Recursos Naturais, realizada em Dar es Salaam, incluiu o HIV-SIDA nas suas prioridades a serem atendidas na próxima Cimeira da SADC sobre agricultura e segurança alimentar.

Um comunicado emitido no fim da reunião destacou que "os altos índices de HIV-SIDA na região têm impactos devastadores em todos os sectores e níveis da sociedade e, conseqüentemente, na segurança alimentar". Contra o facto de que o cultivo geralmente emprega mão de obra intensiva, portanto, não aconselhável para as pessoas cronicamente doentes, o ministro fez notar que as tecnologias de poupança de mão de obra devem ser exploradas.

Em alguns países da região, estão a ser criadas estruturas baseadas na comunidade para resolver os problemas resultantes do HIV-SIDA. Estes esforços incluem: a prestação de cuidados ao domicílio para aliviar as unidades sanitárias congestionadas; e programas comunitários de apoio aos órfãos.

Entretanto, os Serviços de Disseminação de Informação sobre HIV-SIDA na África Austral (SAFAIDS), observam que maior atenção foi dada a prevenção do HIV e ao tratamento de infecções oportunistas e mesmos ao uso de drogas antiretrovirais do que as necessidades nutricionais fundamentais e primárias para a sobrevivência dos pobres, rurais ou urbanos.

Assim, uma metodologia integrada de aumento de programas de criação animal torna-se necessária para mitigar os desafios resultantes do HIV-SIDA. Torna-se igualmente necessário um investimento a longo prazo nas infraestruturas agrícolas, tais como barragens, boas redes de transporte, equipamento de irrigação, provimento de sementes e de insumos. □

Uma perspectiva cultural da segurança alimentar na África Austral

Na crença tradicional africana, a segurança alimentar é considerada como dádiva dos espíritos. Boa queda de chuvas e colheitas abundantes são eventos que requerem celebração e agradecimento aos espíritos dos ancestrais através de cerimónias tradicionais. Pedidos de chuva ou cerimónias de colheita são organizados por diferentes grupos étnicos na África Austral, resistindo à pressão de adotar as crenças ocidentais.

Num santuário antigo da Província Oriental da Zâmbia, são usados tambores, canções e danças para invocar os espíritos e pedir a queda de chuvas favoráveis a natureza das culturas. Isto é comum nos anos em que há escassez de chuva. Depois das colheitas, a cerimónia N'cwala, comum entre os Ngoni, celebra as boas colheitas e vitórias em combates. Esta cerimónia recebe muito apoio e é dada crédito pela unificação de pessoas, não obstante as suas origens culturais, na Zâmbia.

Na Suazilândia, o Incwala, também conhecido por cerimónia dos 'primeiros frutos', é a mais sagrada de todas as cerimónias Swazis. Realizada em Dezembro ou Janeiro de cada ano, a cerimónia começa com os preparativos dos Bemati ou 'pessoas da água' que recolhem espuma das ondas na costa de Moçambique. Com o aparecimento da lua cheia, os jovens são enviados para recolher ramos sagrados, lusekwane da espécie da acácia. Estes são usados para

contruir pequenas vedações nos estábulos reais. No quarto dia, o Rei junta-se aos guerreiros numa dança tradicional de Incwala. A cerimónia termina com o Rei a comer os primeiros frutos da época nova antes da comunidade comê-los. O dia seguinte é reservado para a paz e a meditação.

No Zimbabwe, existem numerosos fazedores de chuva, incluindo aqueles que vivem nos Montes Nharira, fora de Harare e os de Njelele, na Matabelelândia. A maioria das famílias dos fazedores de chuva é descendente dos Venda. Durante o tempo da seca, um boi é degolado e a carne distribuída aos líderes da aldeia reunidos na cerimónia. A cerveja tradicional é também fabricada para esta cerimónia. Muito cedo no dia seguinte, os presentes na cerimónia de pedido de chuva, conjuntamente com outros anciãos da aldeia vão a um santuário secreto, sentam-se de cócoras e aplaudem ritmicamente, eles fazem os seus

pedidos aos espíritos dentro da cave. Quando isto é feito, acredita-se que o espírito responde através de uma voz que é ouvida proveniente da cave. Quando o espírito tiver passado a mensagem, a cerimónia termina e fica-se com a esperança de boas chuvas no país.

O degolar de um cabrito como sacrifício para os espíritos é feito como parte das cerimónias de pedido de chuva em algumas partes da Tanzânia. Chefes das aldeias e intermediários espirituais das aldeias são seleccionados para chefiarem as cerimónias de pedido de chuva. Eles depois levam o sangue do cabrito degolado e espalham-no numa árvore que tiver sido escolhida como santuário. Isto é feito para satisfazer os ancestrais e para rogar pela terra que ficou seca devido à falta de chuva.

Depois de uma boa colheita, os Wagogo na região de Dodoma, na Tanzânia, reúnem-se para celebrar e agradecer aos espíritos pelas boas chuvas. O milho colhido é usado para fabricar cerveja, que será partilhada por toda a comunidade numa cerimónia cheia de vida em que também é preparada comida para as celebrações. Estas celebrações podem durar dois meses, com a comunidade movendo-se de casa em casa em agradecimentos pelas boas colheitas.

A cultura e crença africanas também jogam um papel crucial na conservação ambiental através de tabús que forçam a sociedade a obedecer certas normas sociais. Por exemplo, para os Ndebele do Zimbabwe, as árvores não podem ser derrubadas indiscriminadamente. Existem certas árvores cujo corte para uso caseiro é proibido. Acredita-se que isto poderia causar a falta de harmonia entre os residentes da casa. Por sua vez, isto reduz a desertificação, mantendo desse modo um ecossistema equilibrado.

A preservação de espécies de animais através de tabús é também usada nas comunidades africanas. Alguns tabús dizem que alguns clans não devem comer carne do animal que é seu totem. Todas essas tribos que veneram o seu totem protegem directamente o ambiente.

Fonte: Hemans Trevor, Those were the days, 1987

The SADC Challenge, December 2002-February 2003

Swaziland travel guide on line, www.mytravelguide.com □

SADC reafirma o seu comprometimento com a UNESCO

A SADC reafirmou o seu compromisso de continuar a cooperar com a UNESCO. O Secretário Executivo da SADC, Dr. Prega Ramsamy, afirmou recentemente em Gaborone que houve desenvolvimentos desde a formalização da cooperação entre a SADC e a UNESCO através do memorando de entendimento de 1996.

Ramsamy falava durante uma reunião com o Director geral da UNESCO, Koichiro Matsuura. Ele congratulou Matsuura pela sua contribuição prestada a SADC e disse que ele havia tido desempenhado um papel importante trazendo a UNESCO para perto das pessoas.

Ramsamy disse que a SADC precisará do apoio da UNESCO na implementação das suas actividades principais planificadas para este ano. Tais actividades, disse ele, incluem o lançamento e a operacionalização do Fundo Fiduciário da SADC para a Cultura, que se destina a mobilizar recursos para a promoção de programas culturais na região.

A operacionalização dos Festivais Multidisciplinares sobre Arte e Cultura da SADC criará a plataforma para os artistas e actores culturais partilharem experiências e ideias. Outras actividades prioritárias incluem a criação de um órgão da SADC para a acreditação dos media de forma a facilitar a movimentação do pessoal da comunicação social na região no cumprimento dos seus deveres profissionais.

Ramsamy também apelou a UNESCO para que continue com a sua colaboração com a SADC nas áreas de educação, formação e desenvolvimento de recursos humanos. As actividades principais incluem a coordenação e monitorização do Programa Intra-Regional de Desenvolvimento de Capacidades.

Ramsamy disse que a UNESCO deve igualmente apoiar a região na concepção do quadro e de programas estratégicos sobre o HIV-SIDA e no desenvolvimento de áreas-chaves com enfoque na prevenção, apoio, prestação de cuidados e procurement de drogas anti-retrovirais. (*Daily News do Botswana*)

Impulsioneamento do processo de reestruturação da SADC

A SADC recebeu um grande impulso em relação ao seu processo de reestruturação através de assistência financeira prestada pela Agência Noroeguesa para o Desenvolvimento da Cooperação (NORAD). Um acordo de financiamento no valor de US\$600,000 foi recentemente assinado entre a NORAD e a SADC como parte de uma contribuição total de 1,7 milhões de Dólares.

Desde o início do processo de reestruturação em 2001, grande parte

das actividades planificadas foram concluídas com sucesso, incluindo o desenvolvimento do Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico (RISDP), com a duração de 15 anos, disse o Secretário Executivo da SADC, Prega Ramsamy, durante a cerimónia de assinatura do acordo.

Estes fundos serão usados na implementação do RISDP, que "requer o desenvolvimento de planos de negócio a médio e longo prazos, quadros de despesas e capacidades adicionais no

Secretariado," de acordo com Ramsamy.

Um comunicado de imprensa do secretariado diz que outras actividades a serem levadas a cabo com base no acordo incluem a criação de uma unidade de Análise de Políticas e de Planificação Estratégica no Secretariado da SADC e a inclusão do RISDP na NEPAD. O RISDP é plano dos objectivos do desenvolvimento da região, que apresenta uma orientação clara para as políticas e programas da SADC a longo prazo. □

Moçambique vai ser anfitrião dos jogos da zona seis

Os preparativos para os jogos da Zona Seis da SADC, a realizarem-se em Moçambique de 24 de Abril a 2 Maio estão numa fase avançada.

Os jogos organizados pelo Conselho Superior dos Desportos de África (SCSA) atrairão atletas do escalão sub-20 de todos os países da SADC a excepção da RDC e da República Unida da Tanzânia. Os atletas participarão em vários eventos organizados para esta competição, incluindo atletismo, futebol, netball e basquetebol.

Moçambique é o primeiro anfitrião dos jogos, que se esperam ser bianuais "para preparar os jovens da região para alta competições tais como os jogos Olímpicos a realizarem-se mais tarde este ano em Atenas," disse Charles Dzimba, Oficial do Programa da SCSA.

O objectivo principal dos jogos é de "promover a integração regional através do desenvolvimento do desporto entre os jovens," disse Dzimba.

The SCSA is the official arm responsible for implementing all SADC sports activities as contained in the SADC Protocol on Culture, Information and Sport.

Os jogos foram recebidos com muito entusiasmo por todos os estados membros participantes. □

Zonas de processamento de exportações aumentam os rendimentos do Zimbabwe

As empresas Zimbabweanas que operam em Zonas de Processamento de Exportações (EPZs) renderam mais de 770 milhões de Dólares Americanos como rendimentos das exportações desde que o projecto iniciou há sete anos atrás, disse um oficial.

O presidente da Autoridade das Zonas de Processamento de Exportações (EPZA), Lovemore Chihota, disse que pelo menos 174 empresas, com um total de investimento de 155 milhões de Dólares Americanos, operavam em zonas económicas especiais.

"Empresas do EPZ contribuem com mais do que dez por cento das exportações do país," disse Chihota. Ele acrescentou que pelo menos 29,000 empregos foram criados pelo programa desde o seu início.

O programa alcançou mais do que se esperava dele quando foi lançado e havia espaço para introduzir melhorias, disse ele.

O governo introduziu o conceito de EPZs em 1997 para promover as exportações como forma de gerar moeda externa, criando postos de emprego e garantido a transferência de tecnologias. (*The Herald*) □

Zâmbia quer cabar com a fome

O governo Zambiano está determinado a acabar com a fome através de actividades agro-florestais, anunciou o Ministro da Agricultura e das Cooperativas do país, Mundia Sikatana.

Sikatana disse isto recentemente na abertura oficial de um seminário de três dias do Comité Regional Agro-florestal (RASC) em Lusaka.

O ministro disse que os índices anuais de nutrientes nos últimos 30 anos em África foram traduzidos para o equivalente a 4 bilhões de Dólares Americanos de fertilizantes.

"A agro-floresta que enfatiza as árvores nos viveiros e na paisagem, tenta satisfazer as necessidades económicas, sociais e ecológicas no mundo de hoje" disse ele.

Sikatana descreveu alguns dos desafios como aqueles que ajudam a erradicar a fome através de sistemas de produção de alimentos baseados em métodos agro-florestais da fertilidade dos solos e de regeneração dos solos.

Outros desafios incluem a melhoria dos padrões dos mercados rurais mais pobres e orientados para os sistemas de cultivo de árvores que geram rendimentos e criam património.

Cerca de 150,000 camponeses do Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia Zimbabwe estão agora a utilizar fertilizantes para árvores e a província oriental da Zâmbia tinha 30,000 tais camponeses. (*The Times of Zambia*) □

África em 2025: Alguns cenários

Uma revisão feita por Chipu Muvezwa

Imagine uma África rica que goza de boas relações, que esteja economicamente dotada, politicamente estável, com guerras passadas para a história e a desfrutar de uma democracia efectiva através do envolvimento de uma liderança tradicional autoritária. Este é um dos quatro cenários descritos num estudo produzido pelo projecto de futuros de África do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas "África 2025".

O objectivo deste livro, "África 2025: Que possíveis futuros para a África Sub-Sahariana," editado por Alioune Sall da Universidade da África do Sul, foi de explorar os possíveis cenários para a região. Mais do que mil africanos, em 46 países, homens e mulheres, Anglofonas e Francófonos, e de diferentes origens, foram envolvidos na exploração. Eles primeiro determinaram o status quo em África no limiar do século 21 e depois construíram quatro cenários para os próximos 25 anos.

Estes cenários foram dados nomes metafóricos: "os leões estão armadilhados"; "os leões estão com fome"; "os leões saíram da sua toca"; e "os leões demarcam o seu território". Em cada caso, são consideradas as condições que devem existir para que estes cenários possam se tornar uma realidade.

Os quatro cenários dizem respeito a muitos futuros possíveis e eles variam consideravelmente. O primeiro cenário, "os leões estão armadilhados", descreve a região a lutar para sair da situação em que se encontra agora. A característica antiga de cuidar das relações é dominante, mas sem nenhuma previsão de aumento da produtividade.

O segundo cenário, "os leões estão com fome", é a imagem desesperada apresentada pelos jornalistas Americanos tais como Robert Kaplan, das "terras sem leis invadidas pela violência, devastadas pela fome e pela pobreza, des governadas pelos senhores de guerra famintos de poder e de nova riqueza resultante da pilhagem".

O terceiro, "os leões saíram da toca", é o tipo que um número de países asiáticos experimentou, a começar pelo Japão. Novas gerações de empresários e de políticos criarão novas relações entre

o poder político e o económico e comprometer-se-ão à integração económica do continente. Entretanto, as instituições religiosas, enfatizando o trabalho individual, trabalham, esforçando-se para que as poupanças possam reforçar o clima.

O melhor resultado, refere o estudo, é aquele em que "os leões demarcam o seu território". Este quarto cenário é introduzido por uma citação de Martinique's Aimé Césaire, poeta, surrealista e líder intelectual do movimento anticolonial: "Nós não queremos ressuscitar uma sociedade moribunda... Temos que criar uma nova sociedade... rica com toda a capacidade produtiva de hoje, quente com toda a irmandade dos mais velhos." Vê a liderança - política, religiosa e tradicional - com uma visão profunda baseada na informação, formação, no estado de direito e no pluralismo.

Neste cenário descreve o continente a desfrutar de um futuro rico, com economias mais produtivas e democracias efectivas.

Num prefácio para o livro, o Presidente Thabo Mbeki descreve a publicação como uma tentativa de compreender o futuro do continente. "À semelhança de outros projectos idênticos, deve-se 'pensar no impensável' e ao mesmo tempo apresentar cenários plausíveis, que possam ser de algum valor para os fazedores da política," disse ele. Entre as suas presunções básicas existe aquela em que um número de pessoas procura vidas que misturam razões científicas com os valores exclusivamente africanos.

O que os estudiosos consideram ser provável de influencia a geração vindoura não é surpreendente: urbanização; o papel do governo; a paz e a segurança; a liderança; e as novas tecnologias de informação e comunicação. A religião, surpreendentemente, é também tida como sendo particularmente importante.

Mais surpreendente ainda, devido ao seu domínio das políticas económicas do continente para três décadas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a ajuda externa são tidos como sendo menos decisivos. □

África 2025: Que futuros possíveis para a África Sub-Sahariana? Publicado pela Universidade da África do Sul, Pretória e pelo PNUD, 2003

Publicações e aquisições recentes

African Savannas: Global narratives and local knowledge of environmental change.

Basset, Thomas. J and Crummey, Donald (eds). - 2003

Disponível de: James Currey Ltd, 73 Botley Road Oxford OX2 OBS.

E-mail: orders@marston.co.uk

Website: www.jamescurrey.co.uk

Food Security in Sub-Saharan Africa to 2020: Socio-economics and policy research -- Working Paper 49. Ehui, S, [et. al.]. - 2002

Disponível de: International Livestock Research Institute.

P.O Box 30709, Nairobi, Kenya

Email: ILRI-Kenya@cgiar.org

Website: www.ilri.cgiar.org

From War to Peace on the Mozambique-Malawi borderland.

Englund, Harri - 2002

Disponível de: Edinburgh University Press for the International African Institute, London

22 George Square, Edinburgh

E-mail: marketing@eup.ed.ac.uk

Website: www.eup.ed.ac.uk

Political and Economic Liberalisation in Zambia 1991 - 2001.

Rakner, Lise - 2003.

Disponível de: The Nordic Africa Institute P.O Box 1703 SE-751 47 Uppsala

Sweden

E-mail: nai@nai.uu.se

Website: www.nai.uu.se

Social History and African Environments.

Beinart, William and McGregor, Joahn (eds) - 2003.

Disponível de: New Africa Books, 99 Garfield Rd, Claremont 7700, Cape Town.

E-mail: info@newafricabooks.co.za

Website: www.newafricabooks.co.za

Aids and Governance in Southern Africa: Emerging theories and perspectives.

Compilado por Chirambo, Kondwani and Caesar, Mary - 2003

Disponível de: Institute for Democracy in South Africa (IDASA)

E-mail: kondwani@idasa.org.za

mary@idasa.org.za

Website: www.idasa.org.za

Diário da SADC

2004		Evento	Local
Abril	12-16	Workshop da SADC sobre regras e regulamentos de trânsito	Zâmbia
	14	Eleições presidenciais sul africanas	África do Sul
	17	Reunião do Comité Técnico de Pecuária SADC	Malawi
	19-23	Reunião da SADC sobre o reforço da capacidade de equipamento para o uso efectivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (ICTS)	Namíbia
	19-24	Reuniões da SADC sobre a padronização da Qualidade de Segurança, Registo e Meteorologia (SQAM)	Maurícias
	20-22	Conferência Regional anti-corrupção	África do Sul
	20-22	Reunião da SADC sobre a gestão estratégica do HIV/SIDA no local de trabalho	Botswana
	24 Abril - 2 Maio	May Jogos Desportivos da SADC	Moçambique
	26-29	Reunião para revisão sub-regional sobre Beijing +10 e consolidação de relatórios para submissão a nível regional	Zâmbia
	28-29	Workshop sobre as relações entre a UA e os Comités Económicos Regionais	África do Sul
	28-30	SADC roundtable em mecanismos do estabelecimento da disputa	África do Sul
	29-30	II workshop dos Media da SADC/UE sobre o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)	Zâmbia
	Maio	3	Workshop regional sobre a harmonização das políticas e legislação de minas
3-5		Conselho de Ministros da Africa Caribias e Pacifico (ACP)	Botswana
3-6		SADC Indaba 2004	África do Sul
3-7		Sessão de Formação da Rede epidemiológica da SADC sobre o uso de medicamentos	Angola
7		Reunião do Conselho de Ministros da ACP – UE cil	Botswana
10-14		I workshop sub-regional da iniciativa conjunta de surgia no âmbito do Programa de Trabalho sobre diversidade biológica	Botswana
15		Cimeira especial da SADC sobre Agricultura e Segurança Alimentar	Tanzania
15-18		Reunião Ministerial ao mais alto nível sobre a NEPAD	Tanzania
18		Eleições presidenciais e parlamentares Malawianas	Malawi
18-20		XI Reunião do Comité de Controlo de Drogas	África do Sul
20	IV Reunião Consultiva do Programa Regional de Educação Ambiental	Botswana	
Junho	2-4	Cimeira do Fórum Económico Mundial	Moçambique
	7-11	Workshop SADC sobre o esboço de modulos de formação sobre gestão de riscos	Zimbabwe
	14	Comité consultivo conjunto SADC-UE	Bélgica
	14-16	Workshop da SADC sobre modelos de facilitação comercial e alfandegário	Botswana
	14-18	Comité Integrado de Ministros	Botswana
	21-24	Comité Regional de Adjudicação do Prémio de Jornalismo da SADC	Botswana
	23-24	Cimeira da AC	Moçambique

Câmbio

País	Moeda	(US\$1)
Angola	Kwanza (100 lwei)	79.84
Botswana	Pula (100 thebe)	4.83
RDC	Congo Franc	381.00
Lesoto	Maloti (100 lisente)	6.57
Malawi	Kwacha (100 tambala)	105.00
Maurícias	Rupee (100 cents)	25.4
Moçambique	Metical (100 centavos)	27,000.00
Namíbia	Dollar (100 cents)	6.60
Seychelles	Rupee (100 cents)	5.18
África do Sul	Rand (100 cents)	6.59
Suazilândia	Lilangeni (100 cents)	6.60
Tanzânia	Shilling (100 cents)	1109.00
Zâmbia	Kwacha (100 ngwee)	4750.00
Zimbabwe	Dollar (100 cents)	4214.01

2 de Março de 2004

Feriados da SADC para o período de Abril 2004 – Maio 2004

4 Abril	Dia Nacional e da Paz Dia da Reconciliação	Angola
4 Abril	Dia do Heróis	Tanzania
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
9 Abril	Domingo de Pascoa	Todos a excepção da RDC, Moçambique, Maurícias
10 Abril	Feriado Nacional	Botswana, Malawi, Seychelles, Zâmbia
12 Abril	2ª Feira de Páscoa	Todos a excepção da RDC, Maurícias, Seychelles, Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Feriado Nacional	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Suazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Suazilândia
26 Abril	Dia da União	República Unida da Tanzânia
27 Abril	Dia de Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Educação e do Jovem	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador	Toda a SADC
2 Maio	Dia de Maulid	República Unida da Tanzânia
3 Maio	Feriado Nacional	Malawi
4 Maio	Dia de Cassingay	Namíbia
17 Maio	Dia da Liberdade	RDC
20 Maio	Dia de Ascensão	Botswana, Lesotho, Namíbia, Suazilândia
25 Maio	Dia de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe
25 Maio	Dia do Heróis	Lesotho
26 Maio	Feriado Nacional	Zâmbia